

**CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COLETIVAS COM A POPULAÇÃO IDOSA  
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: CICLO 2019 A 2022**Rodrigo Aranda Serra<sup>1</sup>, Adriano Menis Ferreira<sup>2</sup>, Jéssica Priscilla Resende Magalhães<sup>3</sup>**RESUMO**

A Política Nacional de Promoção da Saúde elenca a importância dos determinantes sociais da saúde para promoção da saúde e prevenção de doenças com intuito de atender as necessidades da população. Em 2014, a Rede de Atenção à Saúde consolidou as ações de promoção à saúde, que compõe compromissos futuros para a redução da desigualdade social e os riscos à saúde coletiva como estratégias de conduzir a integralidade do cuidado e articulação da rede, sobretudo em idosos com doenças crônicas, que representam uma parcela vulnerável da atenção primária. O objetivo do estudo foi determinar e caracterizar as atividades coletivas realizadas pela Atenção Primária à Saúde no Mato Grosso do Sul com o público idoso, por meio do Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica, entre 2019 e 2022. Trata-se de um estudo ecológico e retrospectivo, com delineamento transversal, utilizando-se dados de consulta livre e acesso público. Em relação, as atividades realizadas, a Avaliação e Procedimentos coletivos, foram as ações de promoção da saúde que mais geraram relatórios com êxito para a análise, e foi o foco desta investigação. A prática de atividades relacionadas à saúde foi mais intensa nos anos de 2019 a 2020 quando comparado aos outros anos. Entre 2019 e 2020, as práticas de saúde que se destacaram foram plantas medicinais/fitoterapia (14,3%), seguido de dependência química (13,8%), agravos negligenciados (13,7%) e envelhecimento/ climatério/ andropausa (13,6%). Faz-se relevante novas investigações que relacionem o monitoramento e a avaliação de ações da APS e as atividades coletivas com o público idoso.

**Palavras-chave:** Atenção Primária à Saúde. Envelhecimento Populacional. Sistema de Informação em Saúde. Atividades Físicas.

1 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Faculdade de Medicina, Brasil.

**ABSTRACT**

Characterization of collective activities with the elderly population in the state of Mato Grosso do Sul: Cycle 2019 to 2022

The National Health Promotion Policy lists the importance of the social determinants of health for health promotion and disease prevention in order to meet the needs of the population. In 2014, the Health Care Network consolidated the health promotion actions, which make up future commitments to reduce social inequality and collective health risks as strategies to conduct comprehensive care and network articulation, especially in the elderly with chronic diseases, which represent a vulnerable portion of primary care. The objective of the study was to determine and characterize the collective activities performed by Primary Health Care in Mato Grosso do Sul with the elderly public, through the Primary Health Care Health Information System, between 2019 to 2022. This is an ecological and retrospective study, with cross-sectional design, using data from free consultation and public access. In relation, the activities performed, Assessment and Collective Procedures, were the health promotion actions that generated the most successful reports for the analysis and was the focus of this investigation. The practice of health-related activities was more intense in the years 2019 to 2020 when compared to the other years. Between 2019 and 2020, the health practices that stood out were medicinal plants/phytotherapy (14.3%), followed by chemical dependency (13.8%), neglected aggravations (13.7%), and aging/climacteric/andropause (13.6%). It is relevant new investigations that relate the monitoring and evaluation of PHC actions and collective activities with the elderly public.

**Key words:** Primary Health Care. Population Aging. Health Information System. Physical Activities.

E-mail dos autores:  
rodrigoaranda20\_04@hotmail.com  
a.amr@ig.com.br  
jessicapriscila93@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Buscando articular ações no âmbito individual e coletivo relacionadas a saúde e com ampla participação social, a Política Nacional de Promoção da Saúde (Ministério da Saúde, 2010) pela portaria de nº 2.446, de 11 de novembro de 2014 redefiniu valores fundantes para o processo de efetivação dos princípios e diretrizes existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo a importância dos determinantes sociais em saúde para promoção da saúde e prevenção de doenças em todo território brasileiro (Ministério da Saúde, 2014).

Esses avanços e prioridades descritas na PNPS visam atender as necessidades da população de forma a superar os impactos do modelo biomédico centrado na doença.

Com isso, a formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) se destaca ao ressignificar o papel da política em saúde no país, que compõe compromissos futuros para a redução da desigualdade social e dos riscos à saúde coletiva (Ministério da Saúde, 2014; Malta e colaboradores, 2018).

Para Malta e colaboradores (2018) as ações de promoção da saúde são estratégias que devem conduzir a uma atenção integral e articulada em rede, sobretudo os idosos com doenças crônicas, que representam uma das parcelas mais vulneráveis na Atenção Primária à Saúde (APS).

Tais medidas promovem modos de vida mais saudáveis e seguros, com ganho substancial em qualidade de vida e saúde, apesar das progressivas limitações que possam ocorrer com o envelhecimento (Ministério da Saúde, 2007; 2018).

Como ferramenta potente e importante eixo dessas ações na saúde pública estão as práticas corporais e as atividades físicas, que compõem desde a criação da PNPS (Ministério da Saúde, 2006; 2014) propostas e incentivos capazes de fortalecer a Atenção Básica (AB) e a promoção da saúde no SUS, contribuindo para o desenvolvimento de autonomia, do protagonismo dos sujeitos e mudanças no estilo de vida.

Realizar ou não essas atividades, envolve fatores complexos como a disponibilidade de espaços coletivos, participação social e interesse pessoal, entre outros que avancem numa perspectiva mais ampliada do cuidado e produção de saúde, aumentando o número de modalidades e acesso

de indivíduos menos presentes na AB (Carvalho, Nogueira, 2016; Aguiar, Kanan, Masiero, 2019).

Neste sentido, algumas dessas barreiras persistem limitando a qualidade da atenção e benefícios à saúde individual e coletiva. A falta de efetividade dos sistemas de informação que geram e monitoram dados sobre os usuários, as dificuldades de acesso ao serviço e a busca do fortalecimento da rede de apoio para a saúde do idoso, seguem sendo um dos principais desafios entre as equipes de saúde e dos familiares (Schenker, Costa, 2019).

Dados do Departamento de Informática do SUS de 2000 a 2018 foram coletados para evidenciar os motivos de internações entre o público idoso, e os principais registros foram as quedas sem especificações, com mais de 1,48 milhões desse desfecho em quase todas as unidades federativas, sendo destaque nas regiões sul, sudeste e centro-oeste (Silveira e colaboradores, 2020).

Idosos com doenças do sistema circulatório e respiratório acabam necessitando de maior tempo de permanência hospitalar e cuidados especializados, provocando aumento dos gastos de internação (Mercenas e colaboradores, 2020).

Assim, frente a este cenário a problemática do estudo foi: as práticas corporais e atividades físicas na APS apresentam-se como uma ferramenta que potencializa a integralidade do cuidado, pelo seu caráter educativo e acessível, como um dos dispositivos de promoção da saúde para a população idosa e prevenção de doenças e agravos com o envelhecimento? Essas práticas no estado do Mato Grosso do Sul (MS), estão contribuindo para a adesão de novos hábitos saudáveis relacionados a conscientização do bem-estar, da alimentação, da nutrição, das práticas corporais e das atividades físicas para a melhora da qualidade de vida, redução nos casos de pessoas obesas, de internações hospitalares e demandas no serviço de saúde?

Desta forma, com a centralidade do cuidado a pessoa idosa com doenças crônicas, o objetivo foi determinar e caracterizar as atividades coletivas realizadas pela APS no estado com o público idoso, registrados por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), entre os anos 2019 e 2022.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo ecológico e retrospectivo, com delineamento transversal, utilizando-se dos dados de consulta livre e acesso público por meio do SISAB e a partir do portal e-Gestor AB (<https://egestorab.saude.gov.br/>), com destaque para os relatórios de saúde das atividades coletivas com a população idosa do MS.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) o Estado tem uma população estimada em 2.839.188 habitantes, com densidade demográfica de 6,86 hab/km<sup>2</sup>, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,729, estes avaliados no último censo em 2010, e com faixa etária acima de 60 anos são aproximadamente 384.247 idosos (Secretaria de Estado de Saúde, 2022).

Os dados deste estudo foram extraídos em agosto de 2022 e os anos de referência foram de julho de 2019 a julho de 2022.

Assim, o relatório gerado de cada ano especificado considera as atividades coletivas realizadas e possuem filtros que determinam a busca detalhada e refinam os dados para a análise.

Dentre as variáveis disponíveis buscou-se pela: a Unidade Geográfica (Brasil e MS), as Competências (2019 a 2022), e o Tipo de Informação (a quantidade de atividades a partir de eixos temáticos e números de idosos registrados e participantes).

Essas atividades fazem parte das ações da APS, originadas do registro na ficha de atividade coletiva pelos profissionais de

saúde, e acontecem nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família (UBSF) e nos Polos do Programa Academia da Saúde (PAS) dos municípios.

Utilizou-se da combinação dos filtros: Tipo de equipe e categoria profissional (onde foram incluídas todas as equipes da APS), Temas para a saúde (alimentação saudável entre outros), Práticas em saúde (com foco em Avaliação e procedimentos coletivos) e o Público-alvo (idosos), e logo após foram geradas as tabelas em Excel.

Portanto, este estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016 (Conselho Nacional de Saúde, 2016), por serem dados de domínio público, sem identificação individual dos investigados.

## Análise estatística

Foi realizada análise percentual das práticas e atividades de saúde de idosos do MS entre os anos de 2019 e 2022, utilizando-se Software Minitab 17 (Minitab Inc.).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um primeiro momento foi feita a análise do relatório tipo de atividade: Avaliação e Procedimentos coletivos, que podem ser consideradas as ações de avaliação antropométrica dentre outras ações na APS, utilizando-se do filtro como os temas para a saúde, a alimentação saudável, e as práticas em saúde, com o público idoso nos anos de 2019 a 2022 (Tabela 1), no Estado.

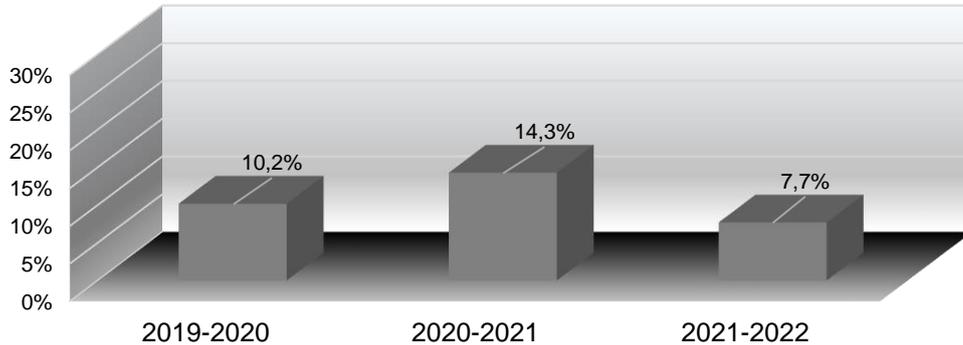
**Tabela 1** - Análise das ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (avaliação antropométrica, práticas corporais e outras atividades dos idosos nos anos de 2019 a 2022, no MS).

Anos	Avaliação e Procedimentos coletivos		Total
	n	%	
2019-2020	6	10,2	59
2020-2021	3	14,3	21
2021-2022	17	7,7	221

Foi possível observar um aumento no número absoluto de idosos que participaram das ações de Avaliação e Procedimentos coletivos ao longo dos anos de 2019 a 2022, entretanto, houve uma diminuição percentual dos idosos que participam das atividades ao longo dos anos avaliados, no estado.

Assim, em relação aos dados extraídos do Estado, o número total de idosos registrados e participantes da pesquisa aumentou de forma significativa, mas o percentual de idosos adeptos as ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (avaliação antropométrica e práticas em saúde) diminuiu (Figura 1).

Avaliação e Procedimentos coletivos  
(Avaliação antropométrica e Práticas em saúde) MS.



**Figura 1** - Percentual dos idosos adeptos às ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (avaliação antropométrica, práticas em saúde) entre os anos de 2019 e 2022.

A análise das ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (que podem ser consideradas avaliação antropométrica e

temas em saúde) também foi avaliada nos anos de 2019 a 2022 (Tabela 2), utilizando-se do filtro Unidade Geográfica no Brasil.

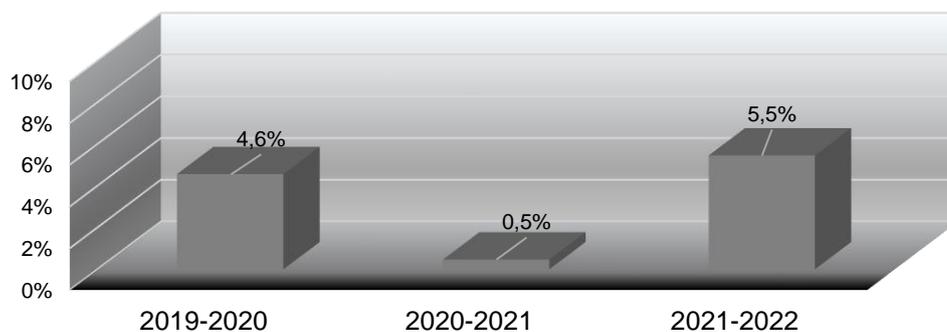
**Tabela 2** - Análise das ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (avaliação antropométrica, práticas corporais e outras atividades dos idosos nos anos de 2019 a 2022), no Brasil.

Anos	Avaliação e Procedimentos coletivos		Total
	n	%	
2019-2020	1.799	4,6	39.436
2020-2021	185	0,5	39.439
2021-2022	1.310	5,5	24.002

Foi possível observar nos dados nacionais, que o número de idosos que participaram das ações de Avaliação e Procedimentos coletivos variou de forma significativa ao longo dos anos, mostrando maior número de adeptos às ações nos anos de 2019-2020, com diminuição significativa em

2020-2021 e aumento em 2021-2022. De uma forma geral, em números relativos, os anos de 2021-2022 apresentou destaque frente aos demais anos avaliados, apresentando maior percentual de adesão dos idosos às ações de Avaliação e Procedimentos (Figura 2).

Avaliação e Procedimentos coletivos, Brasil.



**Figura 2** - Percentual dos idosos adeptos às ações de Avaliação e Procedimentos coletivos (avaliação antropométrica, práticas em saúde) entre os anos de 2019 e 2022. Fonte: Dados de pesquisa.

A análise de todas as atividades com Temas para Saúde: Agravos negligenciados, Alimentação saudável, Autocuidado de pessoas com doenças crônicas, Ações de combate ao Aedes aegypti, Cidadania e direitos humanos, Dependência química/ tabaco/ álcool/ outras drogas, Envelhecimento/ Climatério/ Andropausa/etc, Plantas medicinais/ fitoterapia, Prevenção da violência

e promoção da cultura da paz, Saúde ambiental, Saúde bucal, Saúde do trabalhador, Saúde mental, Saúde sexual e reprodutiva, Semana saúde na escola, e o tipo de atividade Avaliação e Procedimentos coletivos dos anos de 2019 a 2022 também foi realizada por município do MS (Tabela 3), a partir da necessidade da visualização.

**Tabela 3** - Análise de todas as atividades de saúde dos idosos nos anos de 2019 a 2022 em relação aos municípios avaliados.

Anos	Município	Todas as atividades de saúde/temas		Total
		n	%	
2019-2020	Nova Andradina	2	5,9	34
	São Gabriel do Oeste	1	4,3	23
	Três Lagoas	1	5,9	17
	Iguatemi	1	3,8	26
	Campo Grande	1	1,4	70
	Coronel Sapucaia	1	3,3	30
	Fátima do Sul	2	7,1	28
	Itaquiraí	2	10,0	20
	Bonito	4	8,3	48
	Dois Irmãos do Buriti	8	7,1	112
	Itaporã	2	1,9	103
	Angélica	8	2,6	304
	Dourados	9	6,2	146
	Terenos	2	3,1	64
	Corumbá	4	6,1	66
Paranhos	12	5,0	239	
Maracaju	1	3,3	30	
2020-2021	Aral Moreira	1	33,3	3
	Campo Grande	3	14,3	21
	Paranhos	8	3,8	208
2021-2022	Nova Andradina	2	2,9	70
	Mundo Novo	1	10,0	10
	Rochedo	5	6,3	79
	Dourados	4	4,5	88
	Terenos	1	3,2	31
	Campo Grande	2	4,5	44
	Sonora	2	5,1	39
	Paranhos	5	7,2	69
	Ponta Porã	18	8,0	224
Bela Vista	5	6,4	78	

De acordo com os resultados da Tabela 3, nos anos de 2019 a 2020, os municípios que se destacaram com maior índice de participação de idosos em todas as atividades vinculadas à saúde foram Itaquiraí (10,0%), Bonito (8,3%) e Dois Irmãos do Butiri (7,1%). O município que apresentou menor índice de participação dos idosos nestas atividades foi Campo Grande (1,4%).

Entre os anos de 2020 e 2021, o município de Aral Moreira (33,3%) e de Campo Grande (14,3%) apresentaram destaque de adesão dos idosos a todas as práticas de saúde em detrimento do município de Paranhos (3,8%) que apresentou percentual baixo de adesão. Nos anos de 2021 a 2022, os municípios que apresentaram destaque, com maiores índices de adesão de idosos às práticas de saúde foram Mundo Novo (10,0%),

Ponta Porã (8,0%) e Paranhos (7,2%). O município com menor adesão foi o de Nova Andradina (2,9%).

A análise de todas as atividades e práticas de saúde entre os anos de 2019 a 2022 também foi realizada por tipo de atividade (Tabela 4).

**Tabela 4** - Análise de todas as atividades de saúde dos idosos nos anos de 2019 a 2022 em relação ao tipo de atividade (temas em saúde).

Anos	Tipo de atividade	n	%	Total
2019-2020	Saúde ambiental	1	4,5	22
	Saúde sexual e reprodutiva	4	4,7	85
	Alimentação saudável	6	10,2	59
	Autocuidado com doença crônica	33	9,3	354
	Saúde mental	10	9,6	104
	Saúde bucal	1	4,5	22
	Plantas medicinais/fitoterapia	1	14,3	7
	Envelhecimento/climatério/andropausa	3	13,6	22
	Dependência química	4	13,8	29
	Agravos negligenciados	7	13,7	51
2020-2021	Autocuidado com doença crônica	3	14,3	21
	Alimentação saudável	17	7,7	221
2021-2022	Autocuidado com doença crônica	7	9,7	72
	Saúde bucal	1	3,6	28

De uma forma geral, a prática de atividades relacionadas à saúde foi mais intensa nos anos de 2019 a 2020 quando comparado aos outros anos. Entre 2019 e 2020, as práticas de saúde que mais se destacaram foram plantas medicinais/fitoterapia (14,3%), seguido de dependência química (13,8%), agravos negligenciados (13,7%) e envelhecimento/climatério/andropausa (13,6%). A prática com menor percentual foi a de saúde ambiental e saúde bucal com 4,5% em cada caso.

No ano de 2020 a 2021 somente uma atividade foi descrita: a de autocuidado de pessoas com doenças crônicas, percentual de 14,3%. Nos anos de 2021 e 2022, a mesma prática de autocuidado com pessoas com doença crônica foi a que apresentou maior destaque (9,7%) frente às demais, sendo a de saúde bucal a que apresentou menor percentual (3,6%).

Como nas Atividades Coletivas da APS, entre outras práticas em saúde, os dados antropométricos da população em geral podem contribuir para futuras intervenções, em especial ao público idoso, estes atingidos por inúmeras fragilidades em decorrência do envelhecimento (Carrijo e colaboradores, 2021), doenças emergentes como a obesidade, hipertensão e o diabetes.

Quando muito alteradas, este processo tem influência nas condições de saúde e no bem-estar dos idosos, constituindo um grande

desafio atualmente na saúde pública. Alguns indicadores como o Índice de Massa Corporal (IMC) são frequentemente utilizados em estudos, por ser de baixo custo e não invasivo, se torna uma estratégia efetiva para a avaliação e manutenção de saúde para os profissionais. Desta forma, alterações nutricionais de baixo peso e obesidade também são presentes por um número significativo nessa faixa etária.

Com isso Sass e Marcon (2015) ao comparar o IMC, a dobra cutânea tricipital (DCT), o perímetro do braço (PB), a circunferência muscular do braço (CMB) e a área muscular do braço em idosos (AMB), em uma amostra de 429 idosos residentes na área urbana de Sarandi-PR encontraram alta prevalência de sobrepeso e obesidade, o que pode indicar ações efetivas para o estímulo de hábitos saudáveis.

Diante dos desafios relacionados ao sobrepeso e a obesidade de pessoas idosas, a APS tem um papel fundamental na estruturação de novas estratégias de promoção da saúde e prevenção desses agravos e outras comorbidades. O favorecimento ao acesso de práticas corporais e atividades físicas nestes espaços primários, podem contribuir para a conscientização de novos hábitos da população, numa perspectiva ampliada e multidisciplinar.

Ampliar as intervenções educativas em grupo sobre o autocuidado foi ressaltado no estudo de Marques e colaboradores (2019),

principalmente com o público idoso com diabetes. As atividades proporcionam aprendizagem coletiva, na qual a realização deve ser contínua na APS.

## CONCLUSÃO

Este estudo determinou e caracterizou as atividades coletivas da APS no Estado de MS e o público-alvo foram os idosos de ambos os sexos, registrados e participantes das atividades por meio do SISAB.

Em relação aos tipos de atividades realizadas, a Avaliação e Procedimentos coletivos foram as ações de promoção da saúde que mais geraram relatórios com êxito para a análise, sendo o foco desta investigação.

Faz-se relevante novas investigações que relacionem o monitoramento e a avaliação de ações da APS e as atividades coletivas com o público idoso.

O acesso, a divulgação dos serviços, o acompanhamento, as novas ferramentas em saúde, tecnologias e incentivos financeiros nas coberturas na atenção, sobretudo de pessoas mais vulneráveis, devem partir de um sistema efetivo, com equipes de saúde qualificadas e motivadas, visto a importância para a adesão de novos hábitos, que impactem na qualidade de vida e nos gastos destinados a política pública em saúde no Brasil.

Os novos hábitos devem incluir políticas para uma alimentação saudável acessível e práticas que potencializem os programas de atividades físicas junto as políticas de promoção de saúde em cada município, e desta forma minimizar com brevidade os agravos relacionados a obesidade no público idoso.

## CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

1-Aguiar, J.; Kanan, L. A.; Masiero, A. V. Práticas integrativas e complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. *Saúde Debate*. Vol. 43. Num. 123. 2019. p. 1205-1218.

2-Carrijo, L. S. P.; França, A. P. S.; Tavares, D. C.; Oliveira, K. K. N.; Silva, I. B.; Costa, S. S. L.; Freitas, L. S. Avaliação antropométrica e

registro alimentar de um grupo de idosos integrantes de um programa de saúde em Mineiros-GO. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06. Ed. 06. Vol. 04. 2021. p. 162-179.

3-Carvalho, F. F. B.; Nogueira, J. A. D. Práticas corporais e atividades físicas na perspectiva da promoção da saúde na atenção básica. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 21. Num. 6. 2016. p. 1829-1838.

4-Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Recuperado em 31 de outubro de 2017. disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 23/03/2023.

5-Malta, D. C.; Reis, A. A. C.; Jaime, P. C.; Neto, O. L. M.; Silva, M. M. A. S.; Akerman, M. O SUS e a Política nacional de promoção da saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 23. Num. 6. 2018. p. 1799-1809. DOI: 10.1590/1413-81232018236.04782018.

6-Marques, M.B.; Coutinho, J.F.V.; Martins, M.C.; Lopes, M.V.O.; Maia, J.C.; Silva, M.J. Educational intervention to promote self-care in older adults with diabetes mellitus. *Rev Esc Enferm USP*. Num. 53. 2019. p. e 03517. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018026703517>.

7-Mercenas, S. L. G.; Ferreira, T. P. O.; Góis, R. M. O.; Servo, M. L. S. Caracterização das internações hospitalares de idosos no sus em Sergipe: estudo epidemiológico descritivo do ano de 2018. *Interfaces Científicas*. Vol. 8. Num. 2. 2020. p. 9-22. DOI: 10.17564/2316-3798.2020v8n2.

8-Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html).

9-Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2006.

10-Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde. 2007.

11-Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2010.

12-Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2018. 40 p.

13-Sass, A.; Marcon, S. S. Comparação de medidas antropométricas de idosos residentes em área urbana no sul do Brasil, segundo sexo e faixa etária. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. Vol. 18. Num. 2. 2015. p. 361-372. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.13048>.

14-Schenker, M.; Costa, D. H. Avanços e desafios da atenção à saúde da população idosa com doenças crônicas na atenção primária à saúde. Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 24. Num. 4. 2019. p. 1369-1380. DOI: 10.1590/1413-81232018244.01222019.

15-Secretaria de Estado de Saúde. Mato Grosso do Sul. Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2022. Disponível em: <https://www.saude.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2022/09/Relatorio-Detalhado-do-2o-Quadrimestre-2022.pdf>

16-Silveira, F. J.; Oliveira, V. S. L.; Friedrich, F. O.; Heinzmann-Filho, J. P. Internações e custos hospitalares por quedas em idosos brasileiros. Scientia Medica. Vol. 30. 2020. p. 1-10. e-3575.

2 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Faculdade de Medicina, Faculdade de Enfermagem, Mato Grosso do Sul, Brasil.

3 - Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande-MS, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Recebido para publicação em 29/06/2023

Aceito em 02/08/2023